



*deleg.*

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

#### PLANO DE ACTIVIDADES

##### XI LEGISLATURA

##### 1.ª Sessão Legislativa

Na XI Legislatura, a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura (CESC) viu o seu leque de atribuições alterado em relação ao que exercia na Legislatura anterior. Não obstante, continua a tocar áreas bastante distintas entre si, desde as matérias relacionadas com a ética, ou a aplicação do Estatuto dos Deputados, até à cultura, passando pela comunicação social e pela sociedade da informação. Esta diversidade de atribuições tem, necessariamente de se reflectir no seu Plano de Actividades, que se estrutura por áreas de actuação.

Para a realização das suas atribuições, a CESC não entendeu necessário criar qualquer subcomissão, no entanto, considera que a criação de grupos de trabalho pode coadjuvar o trabalho do plenário da comissão, pelo que, em relação a algumas actividades, prevê já neste plano a sua criação.

Para a primeira sessão legislativa da XI Legislatura, a par das suas competências regimentais, nomeadamente de audições governamentais regulares, a CESC propõe-se desenvolver a sua actividade pelas seguintes áreas:

#### I. ÉTICA

Continuação do normal tratamento de todas as questões quotidianamente suscitadas pela aplicação do Estatuto dos Deputados, dando-se uma especial atenção à aplicação das regras de publicidade e transparência dos registos de interesses e à dinamização de procedimentos internos que conduzam a uma redução dos prazos de resposta a todas as solicitações que incidam sobre assuntos relacionados com o Estatuto dos Deputados.

#### II. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Realização de um conjunto de audições, decorrentes ou não de obrigação legal, de entidades na área da comunicação social, incluindo a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, os Provedores do Ouvinte e do Espectador, o Conselho de Administração da RTP bem como os directores de informação e programas daquela



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

empresa, o Conselho de Opinião da RTP, a Confederação Portuguesa de Meios de Comunicação Social e o Sindicato dos Jornalistas.

Acompanhamento dos Acordos de Parceria entre os órgãos de Comunicação Social e os poderes públicos e económicos, bem como das questões relacionadas com patrocínios e fluxos de dinheiros públicos nesta área.

Acompanhamento do cumprimento da legislação sobre publicidade.

Acompanhamento das obrigações de serviço público de televisão relativo às pessoas com necessidades especiais.

### III. CULTURA

Avaliação da problemática relacionada com o estatuto dos profissionais das artes (incluindo as questões relativas ao trabalho, à protecção social, à fiscalidade, à qualificação e certificação), nomeadamente através de grupo de trabalho a criar.

Avaliação sobre a temática dos direitos de autor: ponto da situação actual ao nível nacional e europeu, novos desafios postos pelas novas plataformas da sociedade de comunicação, a protecção dos direitos de autor e a partilha de ficheiros na Internet.

Avaliação da política de preservação do Património Histórico e Cultural, incluindo a realização de visitas.

Realização de audição sobre as questões relacionadas com a rede de cineteatros.

Avaliação da situação museológica nacional e funcionamento da Rede Nacional de Museus.

Continuação da avaliação da defesa da língua portuguesa no âmbito da lei da rádio, através de grupo de trabalho a criar.

Avaliação do impacto das opções de empresarialização adoptadas no âmbito do Ministério da Cultura.

Acompanhamento político:

- Do Plano Nacional de Leitura;
- Do regime de apoios financeiros do Estado aos artistas e aos criadores, bem como às artes e às indústrias criativas e culturais;
- Da política da língua enquanto eixo fundamental da política cultural;
- Da expansão da rede de bibliotecas e arquivos dos municípios;
- Da regulamentação da Lei de Bases do Património e do Regime Jurídico dos Bens do Domínio Público;
- Das Comemorações do Centenário da República – 2010;
- Do processo relativo a “2012- Guimarães Capital Europeia da Cultura”;
- Da execução do QREN no âmbito da política cultural;
- Da situação das estruturas e serviços públicos de arqueologia.

### IV. SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

Acompanhamento do Plano Tecnológico e do Plano Tecnológico da Educação.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Realização de uma Conferência Parlamentar sobre tecnologias abertas no Estado, abordando as políticas de interoperabilidade, a adopção de formatos abertos de documentos e a utilização de software livre.

Palácio de São Bento, em 22 de Dezembro de 2009

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)